



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA  
CURSO DE HISTÓRIA**

**MARTA ALMEIDA DE FARIAS**

**RESSONÂNCIAS DO GOLPE E DA DITADURA MILITAR NA CIDADE DE  
ESPERANÇA-PB (1964-1985)**

**CAMPINA GRANDE  
2021**

MARTA ALMEIDA DE FARIAS

**RESSONÂNCIAS DO GOLPE E DA DITADURA MILITAR NA CIDADE DE  
ESPERANÇA-PB (1964-1985)**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em História.

**Área de concentração:** Ciências Humanas

**Orientador:** Prof. Dr. José Adilson Filho

**CAMPINA GRANDE  
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F224r Farias, Marta Almeida de.  
Ressonâncias do golpe e da ditadura militar na cidade de  
Esperança - PB (1964-1985) [manuscrito] / Marta Almeida de  
Farias. - 2022.  
22 p. : il. colorida.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Educação, 2022.  
"Orientação : Prof. Dr. José Adilson Filho, Coordenação  
do Curso de História - CEDUC."

1. Ditadura Civil-Militar. 2. Esperança - Paraíba. 3. História  
Local. 4. Memória. I. Título

21. ed. CDD 981.063

**MARTA ALMEIDA DE FARIAS**

RESSONÂNCIAS DO GOLPE E DA DITADURA MILITAR NA CIDADE DE  
ESPERANÇA-PB (1964-1985)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
no Programa de Graduação da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito parcial à  
obtenção do título de licenciatura em  
História.

**Área de concentração:** Ciências Humanas

Aprovada em: 05 / 04 / 2022.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. José Adilson Filho (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof. Dr. Matusalém Oliveira Alves  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof. Dr. Adauto Guedes Neto  
Escola de Referência em Ensino Médio (EREM-PE)

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA SOBRE A DITADURA MILITAR NO BRASIL E NA PARAÍBA .....</b>	<b>7</b>
<b>3 A LEGITIMAÇÃO DO GOLPE E A DITADURA NA CIDADE DE ESPERANÇA-PB (1964-1985) .....</b>	<b>11</b>
<b>4 A MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS E PELA LIBERDADE NA CIDADE ESPERANCENSE .....</b>	<b>15</b>
<b>5 A CÉLULA DA CLASSE ESTUDANTIL, CIVIS E POLÍTICOS ALVOS DOS DELADORES DO REGIME MILITAR EM ESPERANÇA-PB.....</b>	<b>17</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>20</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>20</b>

## RESSONÂNCIAS DO GOLPE E DA DITADURA MILITAR NA CIDADE DE ESPERANÇA-PB (1964-1985)

FARIAS, Marta Almeida<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo busca problematizar e abordar a questão do golpe civil-militar de 1964 e a instauração da Ditadura na cidade de Esperança-PB, tentando num primeiro momento questionar a grande lacuna que constitui a produção historiográfica nacional em relação aos pequenos municípios interioranos, uma vez que a maior parte dos estudos e pesquisas se voltam para os grandes e médios centros urbanos. Daí a problematização que nos leva a pensar na necessidade de rompermos as fronteiras e silêncios que ainda existem a respeito destas localidades no que tange as tramas políticas e sociais no referido período da história brasileira. Neste artigo, portanto, desejamos mostrar como tais eventos foram sentidos e vividos numa pequena e distante cidade do interior paraibano, apontando sua dinâmica e especificidades assim como seus aspectos mais universais, isto é, comuns ao que aconteciam nas grandes cidades. Para desenvolver este artigo, dialogamos com destacados historiadores nacionais como Daniel Aarão Reis Filho, Rodrigo Patto Sá e paraibanos como Paulo Giovanni Nunes, Monique Cittadino, articulados com as contribuições da Nova história Política e Cultural. As fontes usadas foram basicamente jornais, fotografia e relatos de memória.

**Palavras-Chave:** Ditadura civil-militar. Município de Esperança. História local. Memória.

### ABSTRACT

The present article seeks to problematize and address the issue of the civil-military coup of 1964 and the establishment of the dictatorship in the city of Esperança (PB), trying in a first moment to question the great gap that constitutes the national historiographic production in relation to the small countryside municipalities, since most of the studies and research are focused on the large and medium-sized urban centers. Hence the problematization that leads us to think about the need to break the boundaries and silences that still exist in relation to these localities regarding the political and social plots in that period of Brazilian history. In this article, therefore, we want to show how such events were felt and lived in a small and distant town in the interior of Paraíba, pointing out its dynamics and specificities as well as its more universal aspects, that is, common to what happened in big cities. To develop this article, we dialogued with prominent national historians such as Daniel Aarão Reis Filho, Rodrigo Patto Sá, and Paraíba historians such as Paulo Giovanni Nunes, Monique Cittadino, articulated with the contributions of the New Political and Cultural History. The sources used were basically newspapers, photographs and memory accounts.

**Keywords :** Civil and military dictatorship. Esperança. Local history. Memory.

---

<sup>1</sup> Aluna de graduação em História pela Universidade Estadual da Paraíba-Campus I  
E-mail: martafarias444@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

Entre os anos de 1964 e 1985, o Brasil viveu a supressão das liberdades e da democracia. Um golpe articulado pelas classes dominantes nacionais e estrangeiras e militares das forças armadas instaurava uma Ditadura que existiu por longos 21 anos... Apesar de muito recente e traumática, esta fase da nossa história ainda guarda sobre si muitos segredos, esquecimentos e silêncios. Os olhares e os estudos concentram-se quase exclusivamente na parte mais central, visível da epiderme do corpo nacional.

O foco das pesquisas se direciona para os grandes e médios centros urbanos. Pois neles, a vida social, política, econômica e cultural se configura de maneira mais intensa, dinâmica e complexa. Lá, também, as contradições e conflitos parecem adquirir formas e cores mais fortes e contrastantes. As oposições binárias do tipo classista, ideológica e política ganham, portanto, forma e tons mais nítidos e explícitos a partir da sua própria lógica de funcionamento. Isso só tende a se radicalizar ainda mais quando tal realidade é retroalimentada por uma conjuntura dominada pelo signo da opressão e do autoritarismo.

Ai nos perguntarmos sobre o que sabemos, efetivamente, a respeito dos ecos do Golpe e da Ditadura Civil-militar na parte mais interna do corpo da nação, isto é, nas pequenas cidades, nas microrregiões, nos chamados grotões, vilas, distritos e arrabaldes deste imenso país? De fato, sabemos alguma coisa sobre regiões e localidades distantes e interioranas, como A Guerrilha do Araguaia, Sapé na Paraíba, as ligas Camponesas na Galileia, em Pernambuco, e mais alguns outros lugares. Entretanto, o que nós conhecemos da dinâmica sociopolítica, das representações, imaginários e formas de legitimidade, conflito e resistência nas mais diversas paisagens interioranas e sertões brasileiros, advém, sobretudo, da sua relação com eventos radicais e traumáticos. Fora isso, quase nada.

Todavia, para sobre a maioria das localidades pequenas, de pouca densidade populacional, mais afastadas dos chamados epicentros regionais e nacionais, um enorme desconhecimento. A produção é praticamente insignificamente em termos quantitativos. O que colabora, portanto, para legitimar o Golpe e a Ditadura civil-militar, termina sendo, também, justamente a falta de estudos, reflexões e conhecimento historiográfico mais crítico.

Neste sentido, é fundamental sabermos como este evento e regime autoritário foram vivenciados nas pequenas localidades interioranas brasileiras, em termos políticos, sociais, culturais e econômicos. Como as chamadas sociedades civil e política conviveram com aquele estado de coisas? Quem eram os aliados e adversários do regime? Como os mecanismos e dispositivos da Ditadura operavam nestas paisagens? Como tal regime aparece nas memórias e nas sensibilidades de homens e mulheres daqueles tempos sombrios? A maioria da sociedade também colaborou para a instauração do regime?

É trazendo à luz do conhecimento tais questionamentos que acreditamos ser possível ampliar a nossa compreensão das tramas e suas singularidades nestas paisagens, elaborando outras representações e entendimentos deste período.

No entanto, pensar a ditadura militar numa cidade de interior, onde o fluxo é menor comparado aos grandes centros urbanos, se torna um desafio pela dificuldade de fontes históricas escritas e escassa bibliografia. Esse é um dos maiores problemas que a pesquisa precisa enfrentar no que tange à produção de narrativas sobre a Ditadura civil-militar.

A cidade de Esperança, localizado no interior paraibano, será o espaço dessas nossas reflexões e análises. Iremos, na medida do possível, tentar compreender como algo da sua trama esteve articulado ao que havia de mais comum a lógica daquele momento autoritário da nossa história.

## 2 ANALISE HISTORIOGRAFICA SOBRE A DITADURA MILITAR NO BRASIL E NA PARAÍBA

Os escritos historiográficos sobre o período da ditadura no Brasil decorrente dos anos de 1964 a 1985, na sua grande maioria, consagram pesquisas e produções de viés acadêmico, ensaístico e jornalístico sobre as paisagens urbanas centrais e aquelas áreas nas quais houve conflitos mais fortes entre as forças em disputa. Assim, os estudos e pesquisas conflitos e tensões voltaram-se para dar ênfase as lutas políticas da esquerda armada, da luta institucional pelos partidos políticos, das censuras e resistências sociais e culturais nas artes, clero, no jornalismo, nas universidades, nas lutas sindicais e na emergência de novos movimentos sociais, nas formas de estigmatização e estereotipia dos adversários, etc.

Tais estudos, como dissemos, estão predominantemente focados em realidades geográficas e institucionais inscritas nas regiões metropolitanas do país. A exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, entre outras, não sendo diferente na Paraíba, a exemplo de Campina Grande (PB) e João Pessoa (PB) e de algumas regiões de conflito rural.

Com a renovação da historiografia a partir dos *Annales*, da Nova História Social Inglesa, da Nova História Política e Cultural, nascidas na França, Itália, EUA, e na Inglaterra, passamos a receber as influências de autores como René Rémond, Jacques Le Goff, Georges Duby, Michèle Perrot, Roger Chartier, Foucault, Eric Hobsbawm, Edward Paul Thompson, Ginsburg, entre outros, fundamentais para nos fazer ver e operar com aquilo que era, até então, menos visível em trabalhos acadêmicos, especificamente em temas tabus como a Ditadura Civil-Militar.

O campo multifacetado caracteriza as possibilidades perceptíveis e numerosas que o historiador pode se comprometer. Segundo Jacques Le Goff e Pierre Nora (1976), organizadores de obras seminais:

Obra coletiva e diversificada pretende, no entanto, ilustrar e promover um novo tipo história [...]. A novidade parece-nos estar ligada a três processos: novos problemas colocam em causa a própria história; novas abordagens modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; novos objetos, enfim, aparecem no campo epistemológico da história. (LE GOFF; NORA, 1976, p. 11-12).

No Brasil, as produções narrativas sobre a referida temática, não eram feitas por historiadores mais principalmente por jornalistas.

Note-se, porém, que os estudos propriamente históricos sobre o golpe de 64 e o regime militar tardariam. Antes dos historiadores, foram os cientistas políticos os primeiros a tratar do período, como se verá. A exceção é o historiador norte-americano Thomas Skidmore, que lançou o seu *Politics in Brazil, 1930-1964: na experiente in democracy* ainda em 1966, logo traduzido no Brasil e aqui intitulado *Brasil: Getúlio a Castelo*. (FICO, 2004. p. 20)

E mesmo que tardia, havia ainda produções marcadamente de cunho tradicional, factual e marcada por *efemérides*<sup>2</sup> e de grandes personagens históricos, apontados como heróis. Também histórias escritas em torno de um segmento dominante. Isto é, priorizando a economia sob o prisma dos seus principais agentes econômicos e políticos. Uma história verticalizada que, apesar de importante, escondia outros aspectos significativos da vida social e, mesmo, econômica.

Os silenciamentos sobre a participação ativa das mulheres na cultura, na política e até mesmo na luta armada precisam ser desveladas e dadas a conhecer. Com a renovação historiográfica, temas de gênero, sexualidade e etnicidade passaram a fazer parte da agenda dos historiadores, e a partir daí, passou-se a contemplar nos estudos e pesquisas sobre tal

---

<sup>2</sup> Livro que registra o que aconteceu, em diferentes anos, espaço de marcar os eventos que já ocorreram. Registro do cotidiano de personagens eventuais.

período as interfaces do regime com as mulheres, os negros, os indígenas, os lgbtqi+’s, as crianças, entre outros. A historiadora paraibana Susel Oliveira da Rosa é uma das que desenvolvem estudos sobre gênero nesse período, a exemplo do seu *Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”*.<sup>3</sup> Nesta obra, Susel, discute a relação entre histórias e memórias das mulheres que resistiram ao governo autoritário e repressivo; trazendo à tona suas sensibilidades, suas resistências e formas de sobrevivências, a partir de um diálogo com as contribuições teóricas do filósofo francês Gilles Deleuze.

E assim o uso das novas abordagens traz visivelmente e visibilidade históricas diversas a quem estava à margem do conhecimento histórico. Estudar a relação entre crianças, indígenas, homoafetivos, negros e mulheres com a ditadura amplia ricamente os estudos que já se faziam sobre padres, bispos, operários, estudantes e organizações religiosas em termos de conflito com o estado autoritário. Portanto, conforme Réne Rémond (2003, p.18), “havia chegado à hora de passar da história dos tronos e das dominações para a dos povos e das sociedades”. Assim, é evidente se concentrar nos silêncios e memórias pouco visitadas, e levar até a superfície para discutir e compreender os povos, os lugares, as culturas e cotidianos em sua diversidade e complexidade.

No campo historiográfico temos obras já consideradas clássicas sobre o assunto, tais quais as de Daniel Aarão Reis Filho, historiador carioca, que tem dado uma enorme contribuição, por vezes polêmica, no entendimento das tramas da ditadura. Uma dessas é o livro *Ditadura militar, Esquerdas e sociedade* consideravelmente um clássico sobre as esquerdas - no plural - suas contradições e especificidades. Sobre os estudos a respeito da ditadura ele polemiza ao dizer que;

“A ditadura militar, foi e tem sido objeto de escárnio, de desprezo, ou de indiferença, estabelecendo-se uma ruptura drástica entre passado e o presente, quando não o silêncio e o esquecimento de um processo, contudo, tão recente, e tão importante, de nossa história. Entretanto, se isto tudo corresponde à verdade, como explicar porque a ditadura não foi simplesmente derrotada? Como compreender a permanência de lideranças e mecanismos de poder preservados e/ou construídos no período da ditadura, pela ditadura e para ditadura?” (FILHO, 2000, p.6.).

Nesta obra, Reis Filho traz uma discussão sobre como as esquerdas, se estruturam de forma complexa, ao contrário do que era visto e pensado como sendo uma oposição uníssona e harmônica; a esquerda logo enfrentara um momento conturbado de seus próprios princípios de resistência e dos ideais que aderira advindos do exterior, como os ideais socialistas da União Soviética, da China e Cuba.

Já o historiador Jacob Gorender<sup>4</sup>, e também velho militante no campo das esquerdas, na sua obra *Combate nas Trevas*, analisar a luta armada ensejada por vários grupos de guerrilhas de espectros ideológicas variados de esquerda, focando nas suas formas de organização, concepção, suas lutas, suas contradições internas e suas derrotas.

Outro que destacou as divergências da própria esquerda, como os dominicanos agiam contra a opressão militar e em favor dos perseguidos e alvejados, foi o escritor Frei Betto, no livro *Batismo de Sangue*<sup>5</sup> que depois foi transformado em filme. O livro narra a luta de

<sup>3</sup> É uma obra que contém prefácio de Margareth Rago. Apresentação de Nilce Cardoso, Yara Gouvêa e Miriam Paglia. –São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013. (coleção entregêneros). 326 p.

<sup>4</sup> Jacob Gorender, É Historiador e cientista social brasileiro, nasceu em Salvador. Militou como profissional no Partido Comunista Brasileiro. Após o golpe de 1964, foi expulso pela direção do PCB em 1967. Foi preso, e barbaramente torturado no regime militar, por razão de sua militância. Autor de inúmeros artigos e ensaios. Falecendo em junho de 2013.

<sup>5</sup> Obra homônima de Frei Betto produzida e intitulada, *Batismo de sangue: Guerrilha e Morte de Carlos Marighella* (1982).

personagens relevantes para história recente, como frei Tito, que foi torturado por apoiar Carlos Marighella<sup>6</sup>, considerado o inimigo número um do governo na época.

A partir dos anos de 1960, o Brasil estava passando por certas mudanças no âmbito político, cultural e econômico, além de uma efervescência de diferentes projetos utópicos. Este período produziu várias clivagens ideológicas e políticas no clero católico, opondo mais claramente a igreja em setores e alas progressistas e conservadoras. Tivemos diversos protagonismos, sobretudo, ensejados pela juventude estudantil. Uma fração dela aderiu radicalmente à luta armada, sofreu censura, tortura, exílio e mortes.

Nestas produções historiográficas percebem-se múltiplas perspectivas, algumas inclusive polêmicas em termos de revisão a respeito de fatos e da periodização da fase considerada autoritária. O historiador Marco Antônio Villa<sup>7</sup> talvez seja aquele que trouxe uma versão mais polêmica sobre tal período. Seguindo um olhar mais liberal-conservador defende um encurtamento significativo do tempo ditatorial, reduzindo de 1968 a 1974. No seu livro *Ditadura à brasileira* vê-se um tipo de revisionismo que parece justificar o golpe pela irresponsabilidade da luta das esquerdas que tramavam a derrubada do governo de Jango ainda antes do golpe. E ao colocar a fase autoritária e violenta apenas após o AI-5, ele reforça um pouco a tese da Folha de São Paulo de que aqui vicejou uma “Ditabranda”, e não um regime violento e autoritário, ao longo dos 21 anos em que os militares estiveram no centro do poder..

Na Paraíba, os estudos sobre a ditadura seguem a mesma trilha dos grandes centros universitários do país, focando-se principalmente na região metropolitana de João Pessoa e em Campina Grande e em algumas localidades como as ligas camponesas de Sapé, os conflitos na cidade de Rio Tinto, ou em personalidades emblemáticas das lutas camponesas como o casal João Pedro Teixeira e Elizabete Teixeira. .

O golpe civil e militar e a ditadura na Paraíba, como já dissemos, tem recebido boas contribuições do grupo que de pesquisadores da UFPB, liderado pelo historiador Paulo Giovani Antonino Nunes<sup>8</sup>, que além das suas pesquisas sobre os espectros políticos, o trabalhismo, têm organizado importantes coletâneas, nas quais são abordados temas variados sobre o período.

Em uma obra organizada por Paulo Giovani Nunes intitulada, *Golpe Civil-Militar e Ditadura na Paraíba, os autores* mostram as rupturas e permanências mais marcantes da época destacando os movimentos de resistências na cidade e no campo, a fabricação de algumas mitologias, os ecos das marchas das famílias com Deus e pela Liberdade na Paraíba, censuras, cassações de mandatos, repressões, entre outros. A historiografia paraibana, guardadas suas especificidades, procura ver a reverberação dos problemas nacionais na esfera regional. Mas, seja pela escassez de fontes e por um interesse menor, deixou à deriva a interpretação mais densa e vasta sobre a realidade da imensa quantidade de municípios paraibanos.

O historiador Rodrigo Patto Sá Motta<sup>9</sup> em suas obras mostra como o regime ditatorial para se manter precisou de vários dispositivos para a sua legitimação. Ou seja, além da força

<sup>6</sup> Nasceu em 5 de dezembro de 1911, em Salvador (BA), filho de Maria Rita do Nascimento Marighella e Carlos Augusto Marighella. Morto em 4 de novembro de 1969. Fundador e dirigente nacional da Ação Libertadora Nacional (ALN).

<sup>7</sup> *Marco Antonio Villa* é um historiador brasileiro, nasceu em São Paulo no ano de 1955. Mestre em Sociologia e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (1993). Villa é um professor aposentado da Universidade Federal de São Carlos (SP). Autor da obra intitulada, *Ditadura À brasileira: 1964- a democracia golpeada à esquerda e à direita*.

<sup>8</sup> Pós-doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Departamento de História da UFPB, Campus I, João Pessoa.

<sup>9</sup> As análises, argumentos e informações utilizados aqui têm como base o livro, MOTTA. Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar, 2014.

física e coercitiva, os governos militares utilizaram-se do imaginário social e das culturas políticas vigentes para estigmatizar seus adversários, a exemplo do ódio anticomunista, mas também implementando modernizações conservadoras como a reforma do ensino universitário, criação e expansão de universidades, da criação de instituições voltadas para o controle e promoção das artes, do cinema, do turismo, etc. E isso irá reverberar na UFPB, a partir das indicações de reitores e os departamentos. .

Os escritores paraibanos também destacaram a efervescência causada pelo golpe no estado, a exemplo de Gilvan Brito:

Era uma questão de dias, horas ou minutos para deflagração do golpe militar. Todos esperavam por um evento catastrófico: povo, governo e oposição. Sabia-se que os militares tentariam tomar o poder constituído democraticamente, mas não se imaginava quais métodos seriam utilizados. Os civis temiam por um evento calamitoso com o uso indiscriminado de armas e tanques nas ruas e aviões de bombardeio no ar. Naquela quarta-feira de 31 de março de 1964, João Pessoa, as lojas e a prefeitura, na Rua Maciel Pinheiro e adjacências, fecharam as suas portas às 18h, como de costume. (BRITO. 2014. P. 29).

Diante disso, cabe ao pesquisador, especialista e historiador um olhar mais generoso, sensível a fim de captar as tramas de paisagens e sujeitos que parecem estar distantes dos interesses pragmáticos das linhas de pesquisa dos programas strictu sensu dos departamentos universitários. Pois é muito mais desafiador enveredar por caminhos tortuosos e labirínticos como os que se apresentam na realidade dos pequenos municípios do que aqueles que, de alguma maneira, já foram estudados e são relativamente conhecidos. A história local, com ênfase na ditadura, é um desses desafios instigantes para o historiador. O britânico e historiador Raphael Elkan Samuel afirma:

A história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia mais imediata do passado. Ela é encontrada dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos. (SAMUEL.1990. p.220)

Trata-se de uma abordagem bem íntima porque próxima da vida social, já que se internaliza nos corpos, se revelando nos espaços públicos e privados, nos contatos interpessoais, na vizinhança, nas praças, etc. Ela é, paradoxalmente, a menos estudada e conhecida. Daí ser uma história que não pode de maneira alguma prescindir da memória, pois como as fontes são escassas abundam as memórias e seus lugares de memórias, neste sentido, Pierre Nora diz que:

A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (NORA, 1993. P. 9).

### **3 A LEGITIMAÇÃO DO GOLPE E A DITADURA NA CIDADE DE ESPERANÇA-PB<sup>10</sup> (1964-1985).**

<sup>10</sup>O município de *Esperança*, localizado na microrregião do Agreste da Borborema do estado da Paraíba, a 164 km de João Pessoa e a quase 25 km de Campina Grande, em meados dos anos de 1985 os seus aspectos geográficos compreendia sua área de extensão de 139 km<sup>2</sup>, caracterizada por pequenas propriedades, com aproximadamente 1.589 sítios, registrando uma média de 13,17 há por localidade, é assim que pequenas cidades são organizadas, claro com formas singulares, mas que contêm semelhanças, como os sítios, vilarejos, distritos, é uma área predominante rural. Os municípios limites eram *Pocinhos*, *Remígio*, *Alagoa Nova*, *Areial*,

No período que antecederam o golpe civil e militar, os partidos que disputavam no município esperancense e no estado paraibano com mais expressividade eram a UDN (União Democrática Nacional) e o PSD (Partido Social Democrata). Além destes haviam o PTB, PDC e o PL. Durante esse período o cenário paraibano foi marcado por tensões políticas e um ar de desconfiança constante, isso pela relação que ocorria no contexto nacional dado a crise política, as divergências e questionamentos agrários a se intensificarem no Brasil e no Nordeste, principalmente na Paraíba e em Pernambuco. Como analisa Monique Cittadino:

Na década de 1960, foi criado, a partir da atuação de vários presidentes de sindicatos, a Comissão Intersindical (COSINTRA), voltadas para as reivindicações básicas dos trabalhadores. A partir desta entidade sindical, foi criado o núcleo local do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que passou a acompanhar e dar apoio aos diversos movimentos reivindicatórios e grevistas surgido no período. [...] Além desse avanço do movimento sindical, outras entidades da sociedade civil passaram a atuar de forma mais reivindicativa estudantil secundarista e universitário, e a Associação Paraibana de Imprensa (API). (CITTADINO, 1998. p. 75).

É explícita a ativação da sociedade civil no decorrer desses anos na esfera nacional e regional, por meio das manifestações formadas pelas ligas camponesas e sindicatos rurais; no cenário paraibano preponderava a hegemonia dos partidos tradicionais e conservadores dominados pelas oligarquias, mediante práticas como mandonismo, clientelismo e coronelismo<sup>11</sup>. O município de Esperança estava, assim como outros municípios paraibanos, articulado a algumas dessas oligarquias ou famílias políticas.

No período de transição da democracia para a ditadura, a Paraíba esteve sob o comando do governador Pedro Gondim, o qual foi um dos fundadores e líder do PSD no estado. Ao tomar posse logo teria desafios pela frente, mas tentavam manter uma relação estável com as forças trabalhistas no Estado e as constantes mobilizações nos setores reformistas. Ou seja, Gondim, de alguma forma, visava se equilibrar entre os opostos através de uma política ambígua e pragmática. As tensões e o acirramento das contradições dentro da esquerda causaram uma ruptura com o governo de Gondim em 1963. Entretanto, na cidade de Esperança bem como nas demais pequenas cidades do estado paraibano também acompanhavam tensões e disputas de poder: mantendo ainda uma política hegemônica e uma cultura fundada firmemente na política velha dos coronéis, e grandes proprietários, cujos aspectos se pareciam com o modo tradicionalista e patriarcal vigente na chamada república velha,

A força da tradição não podia prescindir de alguns signos modernos. Então, é importante analisar a complexidade destes cenários, mesmo em nível local, para se compreender suas pluralidades, as continuidades e mudanças. Daí que a análise das tramas políticas traz múltiplas possibilidades ao pesquisador. Para Faustino Teatino:

O estudo político vai compreender, a partir daí, não apenas a política em seu sentido tradicional, mas em nível das representações social e coletivas, ou imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder. Estuda-se a ação dos homens no campo político, reconhecendo-se, assim, a pluralidade e a longa duração dos fenômenos que envolvem este campo. (NETO, 2013. p. 40).

---

*Montadas e São Sebastião da Lagoa de Roça.* A cidade conta hoje com os distritos de *São Miguel, Pintado e Massabielle*, estes possuem infraestrutura básica. Informações extraídas do livro do Município de Esperança-PB, criado em fevereiro de 1983, Livro do MOBREAL.

<sup>11</sup> Coronelismo, é um termo criado pelo jurista brasileiro Victor Nunes Leal em 1948, no livro “Coronelismo, Enxada e Voto”.

Na cidade de Esperança o prefeito Luiz Martins de Oliveira, filiado ao Partido Democrático Cristão (PDC), vencedor dos pleitos de 1963 e 1968, teve o apoio do Deputado Estadual mais bem votado nas eleições de 1962, no Estado da Paraíba. Trata-se de Francisco de Souto Neto, um filho da terra, político carismático, e muito popular entre alguns segmentos das camadas populares.



**Figura 1-** Discursando Deputado Estadual Francisco Souto e ao lado esquerdo Luiz Martins de Oliveira e outros cidadãos. Fonte: Boletim Virtual nº 44, página 07. ACERVO: João de Patrício. TRATO: Evaldo Brasil.

Em meio a um cenário de agitação política e embates ideológicos, o PDC no estado sofrerá uma cisão, colocando em duas alas: uma mais progressista e a outra mais conservadora. No plano estadual, isso significava que alguns dos seus representantes estavam mais alinhados com questões cruciais como a reforma agrária, direitos sociais para os trabalhadores rurais e urbanos, enquanto outros se opunham a tais avanços.

Portanto, antes de 1965, as disputas políticas contemplavam um número maior de legendas partidárias. Isto talvez nos crie a ilusão ou quem sabe signifique um índice de que a sociedade brasileira era menos reacionária antes da instauração da ditadura. O novo cenário criado pelo golpe civil-militar impactou todas as regiões, estados e municípios do país. Toda a sociedade e seus funcionamentos foram revestidos com as cores do autoritarismo verde-amarelo.

Luiz Martins, eleito pelo PDC, é uma daquelas figuras que aprecem no imaginário popular como uma espécie de protetor dos desamparados, “pai dos pobres” ou um “vovozão”. Havia predominância dos partidos, UDN e PSD, nos anos anteriores. Luiz Martins natural da cidade de Pocinhos-PB, começou em Esperança como agente fiscal, foi presidente da Esperança Clube no ano de 1955, sendo três vezes reconduzido pela consideração da sociedade, passou a ser chamado de “vovozão” Ele foi apelidado também pelos seus eleitores de de “Lulú-Mamá”<sup>12</sup>, Tais estenótipos e representações fortalecem e legitimam a força e permanência de tais indivíduos e grupos nas pequenas cidades, como vemos na obra *Ratos e amuados: a guerra das cores na política esperancense*.

A cidade de Esperança, entre os anos 1960-1980, vivera uma fase de pequenas transformações econômicas, ao se tornar a maior produtora de sisal e de batatinha inglesa da região. Igualmente a outras cidades do seu porte, Esperança vivia seu cotidiano sem muitos sobressaltos, com as práticas sociais e culturais típicas de um mundo ainda rural, tradicional. A bodega, as mercearias, os bares, as praças, os clubes sociais e desportivos, as calçadas são os pontos principais das sociabilidades e os palcos dos embates políticos nestas localidades.

Em Esperança, o “bar do Dedé”, era considerado o ponto referencial de atração social, mas tinha também os bailes do clube esperancense, o cine “São José”. Em meados de 1963,

<sup>12</sup> Nome mencionado na obra de Inácio Gonçalves de Souza, “Ratos e Amuados: a guerra das cores na política esperancense, 2008.

no mesmo bar, “Zezinho Bezerra”, (sobrinho de Samuel Duarte, advogado e político), debatiam seus ideais em palestras realizadas no bar, com os estudantes Pedro Dias e Beinha, este último considerado “humanista”, e “ardoroso revolucionário”.

O dualismo esquerda versus direita, os embates que ocorriam em nível nacional reverberam em alguns desses espaços em Esperança:

“Em meados de 1963, Zezinho Bezerra expunha a sua ideologia política em palestras realizadas no bar de seu Dedé”. Os estudantes eram convidados, ‘Pedro Dias’ e ‘Beinha’ estavam na vanguarda. Este último classificado, em público como “humanista”, e em segredo um “ardoroso revolucionário”, a classe estudantil se mostrou forte e defensora dos direitos do cidadão. Agregados ao Centro Estudantil faziam leitura de “livros proibidos” para à época e debatiam um país de oportunidades”.<sup>13</sup>

Na Paraíba, a reação foi imediata na capital, através das cassações de mandatos de políticos tachados de “subversivos”. Depois disso irá se exprair para todo o estado, atingindo inclusive políticos que operavam na ambiguidade. Em esperança os desafetos e considerados perigosos a ordem autoritária foram também perseguidos, cassados ou destituídos de suas funções. Segundo o jornalista Gilvan de Brito, a população paraibana estava constantemente informada:

“Os paraibanos acompanhavam toda a movimentação dos militares através de ondas potentes das emissoras Nacional, Mayrink Veiga, Roquete Pinto e Tupy, da antiga Capital Federal, cujo som chegava com tanta potência que parecia das emissoras locais. São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Brasília foram ocupadas durante a noite e amanheceram sob o regime das baionetas no dia primeiro de abril. Na Paraíba, os comerciantes mesmo desconfiados, abriram uma só porta de suas lojas. (BRITO, 2014. P.31)

Neste contexto, também será afetado o líder Francisco de Souto Neto, filho do comerciante José Souto e dona Olímpia Souto, cuja carreira política começara na década de 1950. “Chico Souto”, assim chamado comumente dentre os colegas, Ele era uma figura pública e bem reconhecida no Estado da Paraíba, considerado progressista. Sua atuação política destacou-se pela defesa da reforma agrária, num estado em que boa parte da população sofria com as consequências da concentração fundiária nas mãos de poucos proprietários. Em 04 de setembro de 1964 o jornal do Diário da Borborema noticiava que “Chico Souto deixará o PDC”. Segundo fontes políticas da capital do Estado o deputado deixou o partido, pois “andaria com desgosto” devido o tratamento que vjinha recebendo das hostes governamentais.

Daí justifica-se, a notícia sobre a mudança partidária do ilustre representante esperancense na assembleia legislativa. Mas após a criação do bipartidarismo, este político concebido como progressista adere ao partido do governo militar, isto é, A ARENA, pela qual será eleito no pleito de 1966 para deputado estadual em Esperança com 55,69 % dos votos de Esperança. Ele fazia parte da ARENA 1, uma das subdivisões desta sigla. O que significa dizer que a maior parte das forças políticas do pós-1964 buscaram se alinhar, principalmente, nas pequenas cidades, com as forças políticas que apoiavam a ditadura. Logo após a criação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, Chico Souto terá seu mandato cassado pela ditadura. Provavelmente em função do seu passado progressista e também pela defesa das mudanças na estrutura agrária, visto como coisa de comunista pelo regime e seus defensores.

<sup>13</sup> (FERREIRA, Rau. Esperança sob o golpe militar do AI-5 (Parte II). Em: <<https://historiaesperancense.blogspot.com/2016/10/esperanca-sob-o-golpe-militar-do-ai-5.html>>. Acesso em: 09 Agosto 2020.)

Quando veio a falecer no ano de 1996, causou uma grande comoção na sociedade local, e foi bem noticiado pela imprensa estadual. O senador pelo PMDB e principal líder político do estado, Humberto Lucena, numa sessão solene descreveu com detalhes a importância política de Chico Souto para Esperança e para o Estado paraibano. Em sua homenagem destaca a perseguição política sobre Chico Souto, devido ao seu posicionamento mais progressista frente ao regime ditatorial:

*“O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB). Pronuncia o seguinte discurso no Senado.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, faleceu no último dia 7 do corrente, quarta-feira da semana próxima passada, em João Pessoa, na Paraíba, o ex-Deputado estadual Francisco Souto Neto, mais conhecido como Chico Souto, sem dívida, uma das personalidades mais fortes e mais presentes na vida pública do Estado, desde que iniciou a sua carreira política, em 1958. Era natural de Esperança, onde detinha uma grande liderança popular - basta dizer que em várias eleições sempre contou, ali, com mais de 80% dos votos, no município - o ex-Deputado Chico Souto foi aluno do Seminário Diocesano da Paraíba, onde iniciou estudos de Filosofia.[...] Revelou-se um intransigente defensor, desde aquela época, da reforma agrária e do sindicalismo rural. Talvez essas suas ideias, consideradas, então, muito à esquerda, tenham provocado a cassação do seu mandato em 1969, pelo Movimento Militar de 1964, logo após a edição do Ato Institucional nº 5. Há quem diga na Paraíba, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que o ex-Deputado Chico Souto teve o seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por 10 anos pelo fato de ter sido o autor do projeto de lei que concedeu o título de cidadão paraibano a Dom José Maria Pires, considerado, à época, um dos maiores líderes da Igreja progressista do Nordeste por sempre exercer atividades bem autênticas no âmbito da Pastoral da Terra, por exemplo. Chico Souto defendeu com ardor, sobretudo, os direitos dos trabalhadores rurais, particularmente ao tempo da criação, na Paraíba e em todo o Nordeste, das chamadas Ligas Camponesas, cuja mobilização em favor da reforma agrária levou ao sacrifício tantos camponeses, como, no caso do meu Estado, o Nego Fuba, o João Pedro Teixeira e tantos outros, que foram sacrificados nessa luta.[...] É verdade que isso lhe valeu sempre uma fiscalização permanente, inclusive das autoridades militares, que, de perto, acompanhavam a situação não só na Paraíba, mas no Nordeste e no Brasil. Eu não poderia deixar neste instante em que presto esta homenagem à saudosa memória do ex-Deputado Estadual Chico Souto[...]”.*

#### **4 A MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS E PELA LIBERDADE NA CIDADE ESPERANCENSE**

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi um movimento que se refletiu por todo país nos meses de Março à Junho de 1964. Tais marchas incluíam vários segmentos da sociedade civil, principalmente as mulheres, classes médias, religiosos católicos, protestantes e grupos políticos de oposição ao governo de Jango Goulart e às esquerdas.

A igreja Católica, a principal mobilizadora destes eventos, juntamente com a elite brasileira, alimentava o medo e o ódio aos comunistas e progressistas, sob o argumento de que eles queriam tornar o povo brasileiro e a nação dominado pelo ateísmo, o antipatriotismo e a degeneração das famílias a serviço da União Soviética. Com essa justificativa, milhares de homens e mulheres guiados e inflamados por clérigos e políticos conservadores expunham seus espíritos e desejos mais reacionários.

No contexto de fechamento das liberdades, principalmente, da liberdade de expressão, a versão que fica no imaginário dos cidadãos mais pobres e desinformados é aquela que vinha com a força do discurso religioso. Pois nas pequenas cidades, a igreja ainda é a instituição que mais goza de admiração e respeito por parte da sociedade. Daí Gondar afirmar que, “todo poder político almeja controlar a memória, escolhendo o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido”. (GONDAR, 2003. P.32)



**Figura 2:** Flagrante da Marcha da Família em Esperança-PB no ano do Golpe de 1964. Fonte: Diário da Borborema (16/05/1964).

A participação nestas marchas atrelava-se ao novo civismo verde-amarelo criado pelas forças armadas e seus ideólogos, que nomeavam o golpe civil-militar como um a revolução libertadora. Os grupos sociais, religiosos e políticos ao evocarem as marchas estavam apenas endossando e legitimando a “revolução”. O jornal Diário da Borborema, na Paraíba, serviu como um aparelho ideológico do regime militar filtrando e produzindo notícias que fossem positivas e legitimadoras da nova ordem autoritária. Para Silva, autora que analisa, a Marcha na cidade de Campina Grande, o *diário da Borborema* cumpriu esse papel de voz oficial do regime; ela diz que:

No dia 30 de maio de 1964, o *diário da Borborema* noticiou aquele momento da realização da marcha na cidade, que não era para ser exposição de politicagem e sim um ato de estritamente cívico, seria apenas um modo de mostrar a alegria do povo pelo fim de uma ideologia mal, anti-cristã, que somente males traziam para ao país. Seria um movimento contra Goulart e seus seguidores. (SILVA, 2018. p. 21)

Nas pequenas cidades, se não ocorriam às agitações populares nas mesmas proporções dos grandes e médios centros urbanos,, mimetizava-os em ritmo diferente, por meio de alguns eventos, a exemplo das marchas. No dia 16 de Maio de 1964, o *jornal do diário da Borborema*, relata a ocorrência da marcha no município de Esperança; em nota Braulino Lima confere a presença do Capitão Farias representante do comando do batalhão de Engenharia de campina Grande-PB, o monsenhor Manoel Palmeira da matriz de Esperança, o Prefeito Luiz Martins de Oliveira, o professor do Ginásio Diocesano de Esperança Heráclito Mendes, o deputado estadual Francisco Souto e as professoras Terezinha Costa, Ernanda Cabral e Hosana Martins. Nota-se a participação de importantes segmentos da sociedade civil e política

do Estado e de Esperança na luta, contra o “comunismo”, e o desejo de que a “revolução”<sup>14</sup> fosse um ato heroico para salvar o Brasil daquele inimigo “terrível”.

Na nota vemos claramente a articulação das forças armadas com setores da igreja, da política e da classe média. Um capitão do exército, um padre, o prefeito, o deputado estadual e alguns professores demonstravam a tese de Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira, Rodrigo Patto Sá e outros historiadores sobre o caráter militar e civil do golpe e da ditadura.

Nesta marcha vê-se a posição ambivalente e contraditória do deputado estadual Chico Souto, que oscilava entre o apoio ao regime e a alguns temas considerados essenciais para as esquerdas democráticas. Por isso, que no momento de maior radicalização do regime, isto é, após o AI-5, terá seu mandato cassado. Desse modo, não apenas Esperança, mas as microrregiões, principalmente as rurais foram essenciais para que a consumação do golpe e a legitimação do regime.

## **5 A CÉLULA DA CLASSE ESTUDANTIL, CIVIS E POLÍTICOS ALVOS DOS DELADORES DO REGIME MILITAR EM ESPERANÇA-PB**

Uma parte dos estudantes de Esperança, segundo Francisco Lima, “sofrera a incompreensão daqueles que habitavam na cidade”. Os estudantes foram bastante ativos na vida cultural de Esperança, a exemplo da luta em prol da criação de um importante colégio; mobilização essa que contou com a assinatura de um abaixo assinado de mais de mil e cem pessoas, o qual seria encaminhada ao governador Gondim, campanha que contava com o deputado Chico Souto, e a intensa divulgação na rádio difusora de Ernani Santos “voz livre de Esperança”. No entanto, o golpe atrasou a construção do colégio para o ano de 1968, quando foi inaugurado, em função da luta estudantil. A unidade recebeu o nome de “Colégio Estadual Monsenhor Jose da Silva Coutinho”, homenagem ao esperancense religioso por força da lei Estadual nº 4.010, de 15 de agosto de 1978.

Raul Ferreira, cronista da cidade, através do seu blog, mostra uma série de relatos orais em que se descreve o impacto que a ditadura produziu sobre alguns cidadãos locais, ao gerar inimizades, desconfianças e delações.

Francisco Cláudio de Lima – Chico de Pitiu – era um dos dirigentes do América F. Clube e liderança entre os jovens. Assim nos conta Pedro Paulo de Medeiros: “Me recordo que Chico de Pitiu era uma grande liderança junto aos jovens, principalmente relacionados aos esportes. Recordo que uma manhã, quando ia da rua do Sertão para a Manoel Rodrigues, um caminhão do exército cheio de militares parou exatamente no cruzamento das duas ruas. Imediatamente, voltei, e fui me esconder no sítio, no final da rua do cemitério. Eu era próximo a Chico de Pitiu e ele estava sendo investigado”.<sup>15</sup>

Com a promulgação dos Atos Institucionais a partir de 1964, começavam os jogos de caça às bruxas. Daí em diante era instituída a suspeição e a desconfiança generalizadas sobre qualquer sujeito que parece indigesto ao regime. E para isso contava com a delação de um vizinho, parente, religioso, estudante, político e, mesmo um companheiro, que se transformasse em agente infiltrado.

. Segundo Nunes (2014, p. 105) com a “cultura do medo” que foi se instalando, adversários políticos em espaços regionais procuravam incriminar seus desafetos junto á autoridades militares taxando-os de subversivos. Ainda, ele declara que, “dentro dessa

<sup>14</sup> Termo designado pelos que via a ditadura militar, não pela truculência, mas pelo heroísmo de não aceitar ideias “comunistas” das quais temiam a ala conservadora na política.

<sup>15</sup> (FERREIRA, Rau. Esperança sob o golpe militar do AI-5 (Parte II). Em: <<https://historiaesperancense.blogspot.com/2016/10/esperanca-sob-o-golpe-militar-do-ai-5.html>>. Acesso em: 09 Agosto 2020.)

perspectiva também se aproveitava de qualquer fato que pudesse indicar relações de pessoas com membros comunistas, para tentar incriminá-las junto aos militares”. Isso era colaborado com o espírito e o imaginário conservador que estava presente nas próprias camadas populares e médias. Daí a “revolução de 1964” pegar, isto, ser legitimada, pois vinha com a retórica de salvar o país da dominação comunista. A delação terminava sendo vista como um ato cívico a favor da nova “ordem”.

Em sua faceta destrutiva, o Estado autoritário prendeu, demitiu ou aposentou professores considerados ideologicamente suspeitos, assim como afastou líderes docentes acusados de cumplicidade com a “subversão estudantil”. O expurgo atingiu também milhares de estudantes pelo país afora. (MOTTA, 2014 p. 14).

E esses pontos destrutivos na educação observados por Rodrigo Patto é que entendemos como também, pode atingir a pequena cidade de Esperança, a urgência da “operação limpeza”. Segundo os relatos feitos com pessoas que viveram à época, organizados por Raul Ferreira, o Ato Institucional nº 5, foi de longe o mais duro golpe da ditadura no Brasil, impondo uma série de medidas restritivas aos direitos individuais, conferindo carta branca para ações arbitrárias do governo, não somente contra a guerrilha, mas também sobre a classe estudantil e a todas as pessoas comuns e destacadas, taxadas de subversivas. Essas, passaram sistematicamente a serem perseguidas, presas, cassadas, torturadas e mortas. Algo desta atmosfera se refletiu na cidade de Esperança. O centro estudantil que funcionava perto do calçadão teve suas portas arrombadas e toda a documentação espalhada pelo chão, devido à invasão das forças de repressão.

Poucos na cidade ousaram a se opor ao governo autoritário, a exemplos de Jaime Pedrão, Francisco Braga, e Zezinho Bezerra. Todavia, existiram aqueles que foram atingidos diretamente não só com violência e censura, mas com a perda do emprego. Um exemplo disso foi o que ocorreu com o Dr. João de Deus Melo, advogado, magistrado que foi compulsoriamente, aposentado. Além dele também foi aposentado o Dr. Manoel Augusto de Souto Lima, aposentado, compulsoriamente, em 1968. O deputado estadual Chico Souto, que já falamos também fora cassado. Todos considerados pelo AI-5 subversivos ou inimigos da “Revolução”. No período do AI-nº5, os vereadores eleitos naquele período foram obrigados a exercer o cargo gratuitamente, o *múnus público*.<sup>16</sup>

O cidadão Joacil relembra com riqueza de detalhes o momento político na cidade de Esperança, em que seu pai foi perseguido:

“Com a decretação do AI-5, a perseguição política foi estimulada. Em Esperança setores conservadores agiram de forma subterrânea. A “deduração” predominou nas sombras. Papai passou 45 dias temendo pela tortura [...]. No intervalo da fuga de papai, mamãe recebeu a solidariedade de pouquíssimas pessoas. [...]”.<sup>17</sup>

Ele afirma que a sobre do autoritarismo militar na cidade de Esperança era muito forte e havia delatores. Ele lembra que alguns estudantes liam “livros proibidos” pelo regime. Em 1965, foi instalada uma célula do Partido Comunista, chamado de Bureau de Propaganda Comunista/BPC, uma organização clandestina de luta e resistência ao golpe militar de 1964,

<sup>16</sup> A palavra *múnus* tem origem no latim e significa dever, obrigação, etc. O *múnus público* é uma obrigação imposta por lei, em atendimento ao poder público, que beneficia a coletividade e não pode ser recusado, exceto nos casos previstos em lei. Por exemplo: dever de votar, depor como testemunha, atuar como mesário eleitoral, serviço militar, entre outros. Fonte: © Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF.

<sup>17</sup> (FERREIRA, Rau. Esperança sob o golpe militar do AI-5 (Parte II). Em: <<https://historiaesperancense.blogspot.com/2016/10/esperanca-sob-o-golpe-militar-do-ai-5.html>>. Acesso em: 09 Agosto 2020.)

os membros apoiavam nas eleições locais, o antigo PSD. Nas reuniões realizadas na oficina/sapataria de Jaime Pedrão, localizada na rua nova, sempre à noite, de portas fechadas: dentre eles estavam Chico Pitui, Fernando do Correio, um odontólogo, Chico Braga, e Milton do IBGE. Nestas reuniões liam-se o manifesto do Partido Comunista, teses de Lênin, do PCB, falava-se sobre o socialismo na URSS, assim como ampliar a participação da célula na cidade. Como se vê havia estudantes e algumas pessoas da classe média local.

A violência imposta pelo regime não parou as reuniões, e a resistência em Esperança. Em 1968 os integrantes do centro estudantil intensificaram os debates, as questões ideológicas em encontros de bares e botequins, sem assumirem a identidade de “comunistas”, mas ficaram tão óbvios os comportamentos do grupo, que a sociedade naquele período começou a falar de forma “brincalhona de comunistas”.

O próprio Joacil Braga Brandão, na época, foi convidado a participar da célula, a tarefa dele era mediar o material de propaganda comunista, a partir daí passou a agir entregando revistas e livros embrulhados em jornal para Antônio Ferreira, o qual teria que atravessava a rua em direção à loja de Sr. Patrício, para finalmente chegar ao funcionário Raimundo.

Mas com o recrudescimento da perseguição e da tortura após 1968, as lutas armadas e todas as células estudantis que operavam na clandestinidade foram destruídas ou desativadas. Em entrevista virtual, dada a Rau Ferreira em 22 de dezembro de 2016, Antônio Ferreira Filho, que militou na época com 16 anos, revelou que: *“não dava mais para continuar. A repressão ficou insuportável”*.

Em contrapartida, havia aqueles que prestavam suas contribuições à sustentação do Regime militar:

Enquanto os setores de esquerda sofriam repressão, outros setores da sociedade civil passam a dar apoio ao novo governo, por exemplo, a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, através do seu presidente, o deputado Clóvis Bezerra, congratulou-se com os chefes de militares do IV Exército e da guarnição João Pessoa pela derrubada do governo constitucional de Goulart. (NUNES, 2014. p. 110).

A ditadura se adentrava na vida local por meio de apoios de figuras destacadas da economia, da política e da religião e também por meio de obras e projetos sociais. No ano de 1970 foi efetivada a aplicação do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização, criada no ano de 1965 por lei de nº 5.379), o programa foi pensado para eliminar o alto índice de analfabetos, identificadas no percentual maior entre adultos e idosos, instalados em pequenas cidades zonas rurais e interioranas. O Mobral foi divulgado pela imprensa e o governo na época, repercutindo em todo país, principalmente nas instituições educacionais e sociais das pequenas cidades. Em Esperança o novo método de ensino, foi instaurado em 1972, salientando que as aulas funcionavam à noite, tanto na Zona Rural, como os centros urbanos.

Os locais de aula podiam ser em qualquer lugar, tais como salões, residências, garagens desocupadas, escolas públicas ou particulares. Havia treinamento para as pessoas que quisessem ser monitoras do Mobral, percebendo uma gratificação mensal. A Comissão do Mobral, em cada cidade, era composta de um presidente, um secretário, um supervisor escolar. Em Esperança o Presidente do Mobral foi João de Patrício, Assis Diniz: locutor, Antônio de Pádua Tôrres: Secretário de Administração da Prefeitura, Dr. Nino Pereira, Odaildo Taveira, Luiz Martins de Oliveiras e ainda na época o Sr. Antonio Coelho Sobrinho o prefeito do município.

O Mobral não atingiu os objetivos desejados. Mas, ele conseguiu como podemos ver mobilizar parte expressiva da sociedade brasileira e, no caso particular que estamos tratando, veem-se a presença diversificada de diferentes atores da cidade de Esperança. E a ideia era ocupar e servir de todos os lugares possíveis para desenvolver uma alfabetização a serviço dos interesses ideológicos do regime, e não na perspectiva freireana, que visa a conscientizar o

educando do ponto de vista sócio e histórico. Contudo, o regime se legitimava aos olhos dos sertanejos camponeses e cidadãos pobres do interior como um momento que, além da ordem, trazia também algum tipo de progresso.

Daí ser preciso entender que um regime ditatorial não se sustenta apenas por meio da violência, pois necessita do apoio e da cumplicidade da sociedade; para isso, é preciso usar de outros dispositivos e máscaras, tais como projetos econômicos, sociais e culturais, que de algum modo sejam recebidos e vistos positivamente por aqueles que serão seus beneficiados.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período da Ditadura Civil-Militar contempla ainda muitas lacunas no que tange aos seus estudos e pesquisas. Os interiores e região mais distantes constituem a maior parte desta lacuna, ou seja, há muitas histórias ainda desconhecidas e esquecidas que precisam ser conhecidas do grande público.

Este modesto artigo tentou mostrar como uma pequena cidade do interior paraibana chamada esperança experimentou in loco as contradições, tensões e conflitos que se desenvolviam em escala nacional, nos grandes e médios centros urbanos e nas áreas de conflito rural, a partir daquilo que constitui a sua dinâmica e singularidade. Vimos que muitas coisas do espectro nacional, como o discurso anticomunista, as marchas com Deus e pela Liberdade, as perseguições aos adversários e diferentes, o protagonismo estudantil, as células comunistas fazem parte deste universo maior que caracterizou a ditadura no Brasil inteiro. Mas, por outro, temos as especificidades e o ritmo em que ocorrem os processos de assimilação e de resistência ao regime, já que acontecem em conformidade com o imaginário e a cultura política daquela sociedade local.

Assim, vemos muitas vezes relações ambíguas entre atores e o regime, entre o macro e o micro. Todavia, a legitimidade da ditadura dependeu expressivamente do seu respaldo pelas famílias católicas e políticas tradicionais, uma vez que são elas quem estão mais visceralmente próximas dos desejos e sonhos das comunidades.

Portanto, para se compreender a longevidade de um regime autoritário que durou 21 anos é fundamental compreender a teia de relações políticas, sociais e culturais que já existiam nestas sociedades locais, e que foram articuladas e agenciadas pelos dispositivos criados pelos governos militares.

Sem este respaldo das sociedades civis a Ditadura teria muitas dificuldades para existir. E neste foi decisivo a força da tradição advinda dos grotões e das pequenas e médias cidades interioranas brasileiras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETTO, Frei. **Batismo de sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BRITO, Gilvan de. **A Ditadura na Paraíba**. João Pessoa: Patmos Editora, 2014. 208 p.

CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)**. Editora Ideia, 1998.

DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; Silva, Rodrigo Freire de Carvalho. (Orgs.). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. 344 p.

FICO, C. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

FILHO, Daniel Aarão Reis. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 8.

GONDAR, J.; BARRENECHEA, Miguel. **Memória e espaço: trilhas do contemporâneo.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). **História: novos problemas.** Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976. p. 11-12.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar.** Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar, 2014.

MUNIZ, Roberto Silva. **A fabricação de João Pedro Teixeira: como o herói camponês.** 2010. 200f. (Dissertação de Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2010.

NETO, Faustino Teatino Cavalcante. **A ameaça vermelha: o imaginário anticomunista na Paraíba (1917- 1937)** / Faustino Teatino Cavalcante Neto. – Recife: O autor, 2013. 40 p.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares.** Projeto História. São Paulo (n. 10), dez. 1993, p.9.

RÉMOND, René. **Uma história presente.** In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política.** Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 13.

ROSA, Susel de Oliveira. **Mulheres ditaduras e memórias, “Não imagine que precise ser triste para ser militante”.** Editora Intermeios, 2013.

SAMUEL, Raphael. **História Local e História Oral.** In: Revista Brasileira de História. Pp. 219-242. V. 9, n.º 19, set. 1989 / fev. 1990.

SOUZA, Inácio Gonçalves de. **Ratos e amuados – a guerra das cores na política esperancense.** Editora: Esperança. 2008.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira-1964-1985 a democracia golpeada- à direita à esquerda.** Editora Leya. 2014. 314 p.

## FONTES

Jornais:

- a) *Diário da Borborema*, Campina Grande – PB. “**Marcha da família com Deus e pela Liberdade na cidade de Esperança**”, 16 de maio de 1964. P. 6.
- b) *A UNIÃO*, Jornal. Edição de 14 de maio. João Pessoa/PB: 1963.
- c) PARÓQUIA, Livro tombo (da). Vol. II, Pág. 7. *Anotações do Padre Palmeira. Paróquia de Esperança/PB.*

Fotografias:

- a) Figura 1. Boletim Virtual nº 44, página 07. ACERVO: João de Patrício. TRATO: Evaldo Brasil.
- b) Figura 2. Jornal o Diário da Borborema - Campina Grande-PB. (16/05/1964). **Marcha da Família com Deus em Esperança**. P. 6.

Sites eletrônicos:

- a) (FERREIRA, Rau. Esperança sob o golpe militar do AI-5 (Parte II). Em: <<https://historiaesperancense.blogspot.com/2016/10/esperanca-sob-o-golpe-militar-do-ai-.html>>. Acesso em: 09 agosto 2020.)
- b) - IN MEMORIAM, Francisco Souto Neto. Governo do Estado da Paraíba: 1996.